



## CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 004. PROVA OBJETIVA

#### CONTROLADOR INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

#### *Fumaça proibicionista*

Especialistas apontam várias razões de saúde para conter a disseminação de cigarros eletrônicos. Cabem, no entanto, dúvidas sobre a eficácia e objeções quanto ao fundamento da decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de manter a proibição baixada em 2009.

Há indícios convincentes de que os dispositivos funcionem como porta de entrada para o hábito de fumar. Podem, assim, originar ou manter a dependência química. Levantamento da Fiocruz indicou que jovens usuários de cigarros eletrônicos têm risco maior de se tornarem tabagistas na idade adulta. Segundo a Associação Médica Brasileira, cerca de 80 aerossóis neles produzidos contêm substâncias tóxicas. Pior, algumas delas são potencialmente cancerígenas.

Apesar disso e da proibição ora reiterada pela agência federal, os produtos se encontram à venda em toda parte pelo Brasil. Entram no país por meio de contrabando. As danosas engenhocas se tornaram populares entre adolescentes. Além de simbolizar *status* social, carregam como atrativo a adição de sabores de fruta ou refrescantes ao líquido vaporizado.

Em mais de uma década de proibição no território nacional, autoridades se mostraram impotentes em coibir a comercialização. A proibição, apenas, não terá o condão de produzir tal resultado. Informar e desestimular o consumo pode ser mais produtivo que tentar erradicá-lo. Com álcool e outras drogas, o proibicionismo já se comprovou ineficaz e de alto custo social.

A solução racional é regulamentar o uso adulto, dado que não cabe ao Estado determinar o que indivíduos autônomos decidem sobre o próprio corpo. Mas há que prover meios para a fiscalização de normas rigorosas quanto a teores e vendas, além de campanhas educativas sobre malefícios à saúde.

(Editorial. *Folha de S. Paulo*. 08.07.2022. Adaptado)

#### 01. O Editorial

- (A) aponta que a decisão da Anvisa precisa ser melhor esclarecida sob o risco de a proibição se estender a outros produtos.
- (B) reafirma o combate ao contrabando como medida mais efetiva que a regulamentação de um único produto ilegal.
- (C) põe em dúvida a eficácia das campanhas educativas para desencorajar o consumo de cigarros eletrônicos.
- (D) defende haver indicações de que, além de ser ele próprio tóxico, o cigarro eletrônico conduz ao vício em tabaco.
- (E) defende que o Estado é obrigado a interferir quando os indivíduos fazem escolhas prejudiciais à própria saúde.

#### 02. No Editorial, a vedação da Anvisa ao cigarro eletrônico é questionada sob o argumento de que

- (A) a posição de especialistas contraria a afirmação do órgão de que o consumo do produto esteja se alastrando entre os jovens.
- (B) a proibição poderia reverter a queda histórica do consumo de tabaco e aumentar a incidência de alguns problemas de saúde.
- (C) o consumo do produto tem sido uma opção ao hábito de fumar, evitando-se o desenvolvimento da dependência química.
- (D) o cigarro comum, que carrega grande variedade de substâncias tóxicas, é que deveria ter o comércio vedado pelo órgão.
- (E) a mera proibição, sem uma fiscalização rigorosa, tem se mostrado ineficiente para coibir a comercialização do produto.

#### 03. Na frase do 3º parágrafo do texto “Apesar disso e da proibição ora **reiterada** pela agência federal...”, emprega-se o termo destacado para expressar a ideia de que a referida proibição havia sido

- (A) reavaliada.
- (B) renovada.
- (C) insinuada.
- (D) revogada.
- (E) encorajada.

04. No contexto do penúltimo parágrafo, está empregada em sentido figurado a expressão destacada da frase:

- (A) autoridades se mostraram **impotentes**.
- (B) **coibir** a comercialização.
- (C) **o condão** de produzir tal resultado.
- (D) Informar e desestimular **o consumo**.
- (E) mais produtivo que tentar **erradicá-lo**.

05. Considere as seguintes passagens do texto:

- Há indícios convincentes de que os dispositivos funcionem **como** porta de entrada..." (2º parágrafo)
- Apesar disso e da proibição **ora** reiterada pela agência federal... (3º parágrafo)

Os termos destacados nas frases exprimem circunstância, respectivamente, de

- (A) modo e de tempo.
- (B) modo e dúvida.
- (C) afirmação e de dúvida.
- (D) afirmação e de alternância.
- (E) comparação e de intensidade.

06. De acordo com a norma-padrão da língua, as lacunas do texto a seguir devem ser preenchidas com:

Alguns especialistas acreditam que o cigarro eletrônico poderia induzir os jovens \_\_\_\_\_ fumar cigarros comuns. Outros destacam os efeitos nocivos do próprio cigarro eletrônico \_\_\_\_\_ pessoas que passam a usá-lo. Fato é que tanto um como outro contêm substâncias associadas \_\_\_\_\_ progressão do vício, assim como \_\_\_\_\_ incontáveis problemas de saúde.

- (A) a ... as ... à ... à
- (B) a ... às ... à ... a
- (C) à ... às ... a ... a
- (D) a ... as ... a ... a
- (E) à ... às ... à ... à

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 10.

### *Anvisa acertou ao proibir cigarro eletrônico*

O editorial publicado na edição da *Folha* de 8 de julho posiciona-se contra a decisão da Anvisa de manter a proibição do comércio de cigarros eletrônicos. O jornal defende a ideia de que a "solução racional" seria regulamentar seu uso adulto.

No entanto, acreditamos que o debate sobre o cigarro eletrônico é mais complexo do que os argumentos apresentados. Gostaríamos de lembrar que esses produtos são um novo mercado da indústria do tabaco, a mesma que causa 12% das mortes no mundo por ano, principalmente por doenças respiratórias, circulatórias, cardiovasculares e neoplásicas, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde.

Essas indústrias bilionárias introduzem novos produtos no mercado e investem em *marketing* para o público jovem, com o objetivo de aliciar adictos em nicotina. Sobre a dependência, desencorajamos o uso do termo "hábito de fumar" para se referir a uma das mais desafiadoras dependências químicas que existem.

Outro ponto é que as fabricantes não são transparentes com relação à composição de substâncias utilizadas nos dispositivos eletrônicos para fumar. Diferentemente do que aponta o editorial, há evidências de que os cigarros eletrônicos contêm mais de 2 000 componentes químicos, sendo a maioria ainda desconhecida por quem os consome.

Portanto, é dever do Estado, sim, proteger as pessoas da exposição a aditivos tóxicos e cancerígenos e informar devidamente a população sobre os riscos desses produtos.

(Paulo Corrêa; Ana Helena Ribas. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/>. 19.07.2022. Adaptado)

07. No diálogo que estabelece com o texto anterior a respeito dos cigarros eletrônicos, os autores opõem-se à opinião do Editorial sobre

- (A) a decisão de proibir a venda do produto, por entenderem que a complexidade do assunto exige aprofundamento dos debates.
- (B) o potencial do produto para atrair usuários, pois avaliam que o *marketing* do cigarro eletrônico é direcionado a um público restrito.
- (C) a possível relação com o vício em tabaco, ao concluírem que a indústria objetiva substituir o cigarro comum pelo novo produto.
- (D) o papel do poder público, ao observarem ser um dever do Estado alertar a população dos riscos a que está exposta.
- (E) a transparência das informações, ao apontarem que os fabricantes advertem quanto à composição química do produto.

08. A oração que inicia o 2º parágrafo “No entanto, acreditamos que o debate sobre o cigarro eletrônico é mais complexo do que os argumentos apresentados...” introduz, em relação ao que é enunciado no parágrafo anterior, a ideia de
- (A) condição.
  - (B) oposição.
  - (C) conclusão.
  - (D) explicação.
  - (E) comparação.
09. No contexto de leitura, expressa a noção de causa o termo destacado em:
- (A) O editorial publicado na edição da *Folha* de 8 de julho posiciona-se **contra** a decisão da Anvisa... (1º parágrafo)
  - (B) Gostaríamos de lembrar que esses produtos são um novo mercado **da** indústria do tabaco... (2º parágrafo)
  - (C) ... causa 12% das mortes no mundo por ano, principalmente **por** doenças respiratórias, circulatórias... (2º parágrafo)
  - (D) Essas indústrias bilionárias introduzem novos produtos no mercado e investem em *marketing* **para** o público jovem... (3º parágrafo)
  - (E) ... mais de 2000 componentes químicos, sendo a maioria ainda desconhecida **por** quem os consome. (4º parágrafo)
10. Assinale a alternativa em que a redação está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.
- (A) Feitas as contas, verificou-se que se tratava de números expressivos de mortes causadas entre os jovens por hábitos tabagistas.
  - (B) Dado a constatação de que os jovens consomem cigarros eletrônicos, caberia às autoridades alertá-los para os riscos desse hábito.
  - (C) Mais de um pesquisador já alertaram para os danos à saúde que representa os cigarros eletrônicos, hábito altamente danoso.
  - (D) Pelo menos 12% das mortes que se registra no mundo todo é devido ao tabagismo, um dado alarmante que requer uma solução.
  - (E) Não haviam, até recentemente, dados estatísticos das mortes pelo tabagismo, ainda que já fosse constatado números muito expressivos.
11. Uma verba de R\$ 121.939,20 será dividida em partes iguais e repassada para 12 empresas. Contudo, uma dessas empresas descumpriu uma cláusula contratual e, por isso, deverá pagar uma multa no valor de 15% do valor da parte da verba a ela repassada, o que corresponde, então, a
- (A) R\$ 1.522,72.
  - (B) R\$ 1.524,24.
  - (C) R\$ 1.526,24.
  - (D) R\$ 1.528,72.
  - (E) R\$ 1.616,00.
12. Uma empresa dispõe de uma verba de R\$ 182.000,00 e seus dirigentes decidiram ratear essa verba entre os departamentos A, B e C, de modo que os valores recebidos pelos departamentos sejam diretamente proporcionais aos números de funcionários que trabalham em cada um deles. Os três departamentos, juntos, têm 52 funcionários. O departamento B tem 3 funcionários a mais que o departamento A, e o departamento C tem 13 funcionários a mais que o departamento A. Nessas condições, é correto afirmar que a diferença entre o valor repassado ao departamento C e o valor repassado ao departamento B é igual a
- (A) R\$ 35.000,00.
  - (B) R\$ 37.500,00.
  - (C) R\$ 40.000,00.
  - (D) R\$ 42.500,00.
  - (E) R\$ 48.500,00.

13. A tabela a seguir mostra os valores cobrados por 5 empresas para a prestação de certo serviço, apresentados durante um processo de licitação:

EMPRESA	VALOR (R\$)
A	12.000,00
B	12.500,00
C	12.800,00
D	13.000,00
E	13.200,00

A respeito das informações apresentadas, é correto afirmar que

- (A) a média aritmética simples dos valores cobrados pelas 5 empresas é igual a R\$ 12.750,00.
- (B) a empresa C cobra R\$ 200,00 a mais do que o valor da média aritmética simples dos valores cobrados pelas 5 empresas para prestar o serviço.
- (C) a diferença entre o maior e o menor valor apresentado nesse processo de licitação, para a prestação do referido serviço, é igual a R\$ 200,00.
- (D) se as 5 empresas aumentarem em 10% os valores cobrados pelo serviço, o valor da média aritmética simples desses valores será aumentado em 50%.
- (E) se as empresas A e D aumentarem em 10% os valores cobrados pelo serviço, e as demais empresas mantiverem seus valores, a média aritmética simples dos valores cobrados pelas 5 empresas passará a ser de R\$ 13.200,00.

14. Em uma fábrica, há uma máquina que está com defeito, em virtude do qual 18% de todas as peças feitas por ela saem fora das especificações técnicas e, por isso, são descartadas, causando um prejuízo de R\$ 0,75 por peça descartada. Se com essa máquina são produzidas 6000 peças por mês, e se o custo para reparar a máquina é de R\$ 4.860,00, é correto afirmar que, se for feito o reparo, o custo desse reparo será equivalente à economia com peças descartadas assim que forem transcorridos

- (A) 4 meses.
- (B) 5 meses.
- (C) 6 meses.
- (D) 7 meses.
- (E) 8 meses.

15. Agnaldo, Bianca e Camilo foram a uma casa de câmbio, na qual, sob as mesmas cotações, compraram, em reais, certas quantidades de dólares, euros e libras esterlinas. Agnaldo comprou 10 dólares, 15 euros e 10 libras esterlinas por um total de R\$ 183,00. Bianca comprou 10 dólares, 10 euros e 5 libras esterlinas por um total de R\$ 128,00. Camilo comprou 20 dólares, 5 euros e 5 libras esterlinas por um total de R\$ 151,00. Então, se uma quarta pessoa for a essa casa de câmbio e comprar, sob as mesmas cotações, 1 euro e 2 libras esterlinas, pagará um total de

- (A) R\$ 15,50.
- (B) R\$ 16,00.
- (C) R\$ 16,50.
- (D) R\$ 17,00.
- (E) R\$ 17,50.

16. Uma das ferramentas que integram o sistema operacional MS-Windows 10, em sua configuração padrão, é um assistente virtual que, através de comandos de voz, auxilia o usuário a acessar aplicativos de seu interesse, e-mails e sites. O nome dessa ferramenta é
- (A) Alexa.  
 (B) Cortana.  
 (C) Dakota.  
 (D) Siri.  
 (E) Tina.
17. No programa MS-Word 2016, em sua configuração padrão, o recurso de Hifenização permite a quebra de linhas entre as sílabas das palavras do texto, economizando espaço no documento em edição. As opções de uso e a configuração do recurso de Hifenização podem ser acessadas a partir da guia
- (A) Inserir.  
 (B) Design.  
 (C) Layout.  
 (D) Revisão.  
 (E) Exibir.
18. Um Analista, que está utilizando o programa MS-Excel 2016 em sua configuração padrão, preencheu as células de uma planilha conforme mostrado na figura a seguir.

	A	B	C	D
1	1	4	7	
2	2	5	8	
3				

Então, digitou a fórmula

$=SE(MOD(B1;A1)>0;MÉDIA(A1:C1);(C1-B1)^(A1-1))$

na célula D1. Por fim, o Analista selecionou a célula D1 com um clique de mouse e a copiou para a célula D2.

Os valores apresentados nas células D1 e D2 serão, respectivamente,

- (A) 1 e 5.  
 (B) 1 e 3.  
 (C) 4 e 5.  
 (D) 4 e 6.  
 (E) 5 e 3.

19. Durante a elaboração de uma apresentação, um usuário do programa MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, acionou o ícone da figura a seguir:



Esse usuário poderia conseguir o mesmo resultado obtido com o acionamento do ícone apresentado caso acionasse as teclas SHIFT e

- (A) F1.  
 (B) F2.  
 (C) F3.  
 (D) F4.  
 (E) F5.
20. Um usuário de correio eletrônico está incomodado com o recebimento de inúmeras mensagens que não foram solicitadas cujo objetivo, além de fazer propaganda de produtos e serviços, também é o de aplicar golpes, disseminar boatos e espalhar softwares maliciosos. Pretendendo minimizar o problema, esse usuário poderá ativar um recurso de seu programa de correio eletrônico denominado filtro de combate a
- (A) Blog.  
 (B) Glare.  
 (C) Host.  
 (D) Spam.  
 (E) VoIP.

### LEGISLAÇÃO

21. Considerando a Lei Orgânica do Município de Matão, assinale a alternativa correta.
- (A) As obras cuja execução necessitar de recursos de mais de um exercício financeiro só poderão ser iniciadas com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.  
 (B) O Prefeito deverá residir no Município de Matão, salvo se sua família residir em municípios limítrofes.  
 (C) A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização do Prefeito.  
 (D) Serão objetos de audiência pública atos que configurem qualquer tipo de perseguição.  
 (E) A denominação de estabelecimentos municipais com o nome de vereadores em exercício deve ser precedida de aprovação de lei com sanção do Prefeito.



- 22.** Acerca da valorização do magistério municipal, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Orgânica do Município de Matão.
- (A) O Município deve criar lei sobre o Estatuto do Magistério Municipal, para estabelecer piso salarial, cujo plano de carreira deve ser objeto de audiência pública.
  - (B) O Município deve criar lei sobre o Estatuto do Magistério Municipal, estabelecendo plano de carreira e piso salarial, cujo ingresso deve se dar, exclusivamente, por concursos de provas e títulos.
  - (C) A remuneração dos professores e especialistas de educação do Quadro do Magistério Municipal deve ter como parâmetro a remuneração dos vereadores.
  - (D) O Estatuto do Magistério Municipal que estabelecer piso salarial e plano de carreira deve atingir a rede pública e privada de Matão.
  - (E) O Município deve criar lei de iniciativa do Poder Executivo sobre o Estatuto do Magistério Municipal, estabelecendo piso salarial a ser reajustado com base no desempenho dos profissionais da educação.
- 23.** O Prefeito de Matão encaminhou ao Tribunal de Contas, no dia 30 de março de determinado ano, a prestação de contas de sua gestão anual e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do referido exercício. Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei Orgânica do Município de Matão, assinale a alternativa correta.
- (A) Cabe privativamente à Mesa da Câmara Municipal encaminhar a prestação de contas do Poder Executivo e Legislativo ao Tribunal de Contas.
  - (B) O encaminhamento da prestação de contas é intempestivo.
  - (C) Cabe privativamente ao Presidente da Câmara Municipal encaminhar a prestação de contas da Mesa da Câmara ao Tribunal de Contas.
  - (D) Cabe privativamente ao Prefeito encaminhar a prestação de contas de sua gestão e a da Mesa da Câmara, incluindo os balanços do exercício orçamentário, ao Tribunal de Contas.
  - (E) O encaminhamento da prestação de contas, embora tempestivo, deve contar com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.
- 24.** A Lei Orgânica do Município de Matão pode ser emendada mediante proposta popular. Considerando as disposições constantes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Matão, assinale a alternativa correta.
- (A) A proposta de Emenda de iniciativa popular precisa ser subscrita por, no mínimo, 3% do eleitorado municipal.
  - (B) A proposta de Emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais poderá ser objeto de deliberação, desde que de iniciativa do Prefeito Municipal.
  - (C) A proposta de Emenda será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos Membros da Câmara Municipal.
  - (D) Após aprovada, a Emenda será promulgada pela Mesa da Câmara e Prefeito Municipal, em ato conjunto, na Sessão seguinte àquela em que se der a aprovação, com o respectivo número de ordem.
  - (E) A proposta de Emenda de iniciativa popular deve ser acompanhada dos dados identificadores do Título Eleitoral de cada um de seus subscritores, cuja falta resultará em contrariedade à Lei Orgânica.
- 25.** Em manifestação na Tribuna Livre da Câmara Municipal, um cidadão alegou que a licitação realizada pelo órgão legislativo para contratar serviço de locação de veículos tinha sido superfaturada, e os comprovantes da suposta irregularidade foram encaminhados para as autoridades competentes e os presentes na sessão. Na sequência, foi cassada a palavra do cidadão pelo Presidente da Mesa. Considerando a situação hipotética e as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Matão, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada a participação de cidadãos na Tribuna Livre da Câmara Municipal.
  - (B) Dada a irregularidade arguida, a indicação das provas pode servir para requerer constituição de Comissão Especial de Inquérito para apurar os fatos, sendo instaurada mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara Municipal.
  - (C) Dado que a irregularidade já fora comunicada às autoridades competentes, a Câmara Municipal fica impedida de iniciar eventuais procedimentos fiscalizatórios.
  - (D) Em razão de eventual comprometimento da Câmara Municipal, a fiscalização legislativa deve ocorrer privativamente pelo Tribunal de Contas e, externamente, pelas autoridades competentes, já cientificadas da denúncia.
  - (E) Deve ser instaurada Comissão Especial de Inquérito, mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara Municipal, somente se constatados indícios de que a irregularidade fora praticada por vereadores.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Determinada Prefeitura Municipal estuda projeto para a criação de bibliotecas itinerantes, a fim de incentivar a leitura de crianças e adolescentes. O projeto nasceu a partir de iniciativa de professor da rede pública escolar. Pretende-se denominar as bibliotecas com nomes de personalidades ilustres do município e de grandes nomes da literatura nacional.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A atribuição de nome de pessoas vivas às bibliotecas deve constar de lei, em função do princípio da legalidade.
- (B) As bibliotecas somente podem ser denominadas com nomes de pessoas já falecidas, em função do princípio da impessoalidade.
- (C) O projeto é louvável por elevar o nível cultural dos municípios, de modo que não há empecilhos acerca da denominação das bibliotecas, cujo propósito atende ao princípio da publicidade daqueles que atualmente fazem benfeitorias ao município e à literatura nacional.
- (D) Por serem itinerantes, as bibliotecas atendem ao princípio da moralidade, pois são mais econômicas que as bibliotecas físicas.
- (E) O projeto deve ser incentivado e divulgado amplamente pela Prefeitura Municipal, e pode receber o nome do professor da rede pública que o idealizou, a fim de atender ao princípio da publicidade, divulgando aos municípios o trabalho realizado pelo referido docente.

27. Foi instaurado procedimento administrativo para averiguar conduta de certo servidor público. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) o ato discricionário consiste na necessidade de aplicar penalidade ao servidor.
- (B) a autoridade que subscreveu o ato, ao ter conhecimento da necessidade de apurar os fatos, tem discricionariedade para inaugurar o procedimento.
- (C) o ato que inaugura o procedimento possui presunção de legitimidade e veracidade, cujas características resultam em seu impulso oficial.
- (D) a motivação do ato é dispensável para inaugurar o procedimento.
- (E) os atos do procedimento administrativo podem ser anulados se identificado vício sanável.

28. Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal.

- (A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo quando houver compatibilidade de horários e serem os entes públicos distintos.
- (B) O servidor público da administração direta, se investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo, ainda que haja compatibilidade de horários.
- (C) A demissão de servidor estável, invalidada por sentença judicial, resultará em sua aposentadoria, caso extinto o cargo.
- (D) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.
- (E) Os servidores públicos temporários podem adquirir estabilidade caso o edital de convocação assim preveja.

29. Durante a fiscalização das contas públicas, o controle interno verificou que o diretor de um hospital, conveniado com a Prefeitura Municipal, e certo servidor da Câmara Municipal agiram com a intenção de favorecer determinado fornecedor de insumos hospitalares, importando em enriquecimento ilícito decorrente de vantagem patrimonial indevida.

Considerando as disposições da Lei Federal nº 8.429/92, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor da Câmara Municipal responde por improbidade administrativa na modalidade dolosa, e o diretor do hospital não se sujeita à Lei de Improbidade Administrativa por não ser considerado servidor público, sem prejuízo, no entanto, da aplicação de outras sanções.
- (B) O servidor da Câmara Municipal responde por improbidade administrativa na modalidade dolosa, haja vista sua vinculação direta à administração pública, enquanto o diretor do hospital responde na modalidade culposa.
- (C) O servidor da Câmara Municipal e o diretor do hospital não respondem por improbidade administrativa se restar comprovado pelo controle interno que agiram culposamente, afastando a necessidade de representação ao Ministério Público competente.
- (D) O servidor da Câmara Municipal e o diretor do hospital respondem por improbidade administrativa na modalidade dolosa, bastando a voluntariedade dos agentes.
- (E) O servidor da Câmara Municipal e o diretor do hospital respondem por improbidade administrativa na modalidade dolosa, desde que comprovada a intenção de alcançar o resultado ilícito.

30. Com a finalidade de melhorar o sistema viário municipal, a Prefeitura pretende contratar empresa de engenharia para realizar o recapeamento do asfalto. Considerando o processo licitatório e as súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.
- (A) A Prefeitura pode exigir capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira.
- (B) A Prefeitura tem discricionariedade para impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, ainda que apresentado Plano de Recuperação homologado judicialmente.
- (C) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar restringe-se à esfera do órgão sancionador.
- (D) É admissível a utilização do sistema de registro de preços para a contratação de obras e serviços de engenharia de grande porte.
- (E) A Prefeitura Municipal pode exigir entrega de recibo de recolhimento da taxa de retirada do edital, como condição para participação em procedimentos licitatórios.

### NOÇÕES DE CONTABILIDADE

31. Assinale a alternativa que apresenta uma ação considerada como um Ato de Improbidade Administrativa que causa Prejuízo ao Erário.
- (A) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas em lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (B) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.
- (C) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (D) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas em lei.
- (E) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas em lei específica por preço superior ao valor de mercado.

32. Em relação aos elementos das demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta.
- (A) Ativo é um recurso controlado, no presente e futuro, pela entidade como resultado de evento passado, desde que mensurável e desde que haja probabilidade de uma entrada de caixa ou transferência de outro ativo.
- (B) Passivo é uma obrigação ou mesmo uma provisão presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, ou que possa ser provisionado, mesmo que não seja mensurado de maneira exata.
- (C) A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos de sócios e de terceiros, após a inclusão de outros recursos, e a dedução de obrigações reconhecidas na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo do resultado econômico financeiro das operações de uma entidade.
- (D) Os ativos do setor público que ensejam potencial de serviços podem ser representados pelos ativos de recreação, do patrimônio cultural, comunitários, de defesa nacional e outros que sejam mantidos pelos governos e outras entidades do setor público e que sejam utilizados para a prestação de serviços a terceiros.
- (E) Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade, não oriundos de contribuições dos proprietários verdadeiramente para a receita com contraprestação.
33. Uma determinada empresa do ramo industrial apresentou, ao final do mês de janeiro de 2022, as seguintes informações sobre suas operações:

Operações ocorridas no mês	Reais
Venda de mercadorias	1.500.000,00
Compras de insumos para industrialização	660.000,00
Energia elétrica	10.000,00
Aluguel pago a pessoa jurídica	30.000,00
Aluguel de carro da diretoria	21.000,00
Honorários da auditoria	12.000,00
Honorários advocatícios	15.000,00

Sabe-se ainda que essa empresa está enquadrada no lucro real e apura seus impostos pela não cumulatividade.

Tendo essas informações como base, assinale a alternativa que apresenta o valor, em reais, do PIS e COFINS apurados no mês em referência.

- (A) 29.200
- (B) 44.300
- (C) 59.300
- (D) 67.200
- (E) 74.000

- 34.** Um município determinou anistia de pagamento do IPTU de valores devidos há mais de 4 anos. Essa determinação está em linha com a Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange a:
- (A) Receita obrigatória de caráter descontinuado.
  - (B) Subvenção da receita.
  - (C) Renúncia da receita.
  - (D) Isenção de caráter não geral.
  - (E) Crédito presumido.
- 35.** Ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.
- Assinale a alternativa que apresenta a etapa da despesa orçamentária abordada no texto.
- (A) Fixação da Despesa.
  - (B) Descentralizações de Créditos Orçamentário.
  - (C) Programação Orçamentária e Financeira.
  - (D) Execução.
  - (E) Empenho.
- 36.** Uma entidade pública terá que adquirir materiais para consumo de uma unidade de manutenção de máquinas e equipamentos. O pedido de compra monta o valor de R\$ 1.250.000,00. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação que o agente público deverá utilizar.
- (A) Concorrência.
  - (B) Pregão.
  - (C) Leilão.
  - (D) Carta convite.
  - (E) Tomada de preços.
- 37.** O auditor deve planejar e realizar procedimentos para \_\_\_\_\_ de auditoria suficiente e apropriada para formar uma conclusão com o nível de asseguarção estabelecido.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) preparar seu relatório
  - (B) emitir o programa de trabalho
  - (C) definir o escopo
  - (D) definir a materialidade
  - (E) obter evidência
- 38.** Com a existência das falhas dos mecanismos de mercado, o município atua na disponibilização de bens e serviços à sociedade por meio da seguinte função clássica:
- (A) alocativa.
  - (B) distributiva.
  - (C) redistributiva.
  - (D) compensatória.
  - (E) estabilizadora.
- 39.** São exemplos de receitas públicas originárias e derivadas, respectivamente,
- (A) imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI) e taxa do lixo.
  - (B) tarifa cobrada para o uso do transporte público e tarifa cobrada em praças de pedágio.
  - (C) tarifa cobrada para o uso do transporte público e imposto predial e territorial urbano (IPTU).
  - (D) imposto sobre veículos automotores (IPVA) e imposto sobre serviços (ISS).
  - (E) imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) e tarifa cobrada em praças de pedágio.
- 40.** Um sistema tributário que enfatiza tributos sobre o consumo de produtos e de serviços em detrimento de tributos sobre a renda e o patrimônio é considerado
- (A) direto e progressivo.
  - (B) direto e regressivo.
  - (C) proporcional e neutro.
  - (D) indireto e progressivo.
  - (E) indireto e regressivo.
- 41.** Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sobre operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) é correto afirmar que
- (A) destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro corrente e os dois seguintes.
  - (B) os municípios contratarão mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.
  - (C) deverá ser liquidada, com exceção dos juros e outros encargos incidentes, até o final do exercício financeiro.
  - (D) será autorizada com a cobrança de encargos como a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, além de outras pertinentes às regras da instituição financeira contratada.
  - (E) o prefeito poderá contratá-la até 3 (três) meses antes do término de seu mandato.

42. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, pode-se dizer sobre os créditos adicionais que
- (A) os créditos especiais são destinados a reforço insuficiente de dotação orçamentária.
  - (B) a abertura dos créditos extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de justificativa.
  - (C) terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição em contrário na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) quanto aos créditos especiais.
  - (D) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais (autorizados em lei) são fontes possíveis de recursos a serem utilizados, desde que não comprometidos.
  - (E) os créditos extraordinários serão abertos por maioria simples pela Câmara Municipal, que deles dará imediato conhecimento ao prefeito, dada a urgência e a imprevisibilidade, como em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
43. O último ano de mandato traz algumas vedações impostas legalmente ao titular de Poder ou órgão. Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) emitiu um alerta à Câmara Municipal de determinado município paulista sobre uma dessas vedações, ao constatar, em posse da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que
- (A) é nulo de pleno direito o ato que resulte aumento da despesa com pessoal expedido a partir do primeiro dia do ano financeiro do último ano de mandato.
  - (B) é vedado contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do último ano de mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito nos últimos dois quadrimestres.
  - (C) é proibida a contratação de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária a partir dos três últimos meses de mandato.
  - (D) é proibido todo gasto com publicidade institucional, o que abrange a propaganda de atos, programas, obras, serviços e campanhas governamentais nos últimos três meses de mandato.
  - (E) ressalvado o dispositivo constitucional, é vedado aos Municípios empenharem, no último semestre de mandato do prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.
44. Com relação aos créditos adicionais, assinale a alternativa correta:
- (A) Os créditos suplementares são os destinados a reforço de dotação orçamentária e autorizados por decreto executivo.
  - (B) Os créditos especiais são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública e autorizados por decreto executivo.
  - (C) Os créditos extraordinários são os destinados a reforço de dotação orçamentária e serão autorizados por lei.
  - (D) Os créditos especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e autorizados por decreto executivo.
  - (E) Os créditos suplementares são os destinados a reforço de dotação orçamentária, autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
45. O ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito dessa, é denominado pela Lei n. 4.320/64 de
- (A) recolhimento.
  - (B) arrecadação.
  - (C) previsão.
  - (D) lançamento.
  - (E) compartilhamento.
46. O primeiro estágio da despesa pública é
- (A) o planejamento da despesa, que se materializa com desenvolvimento de estudos necessários à definição dos valores a serem fixados na lei orçamentária anual.
  - (B) o empenho, ou seja, o ato emanado como de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
  - (C) o pagamento, assim entendido como verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
  - (D) a fixação da despesa, que se refere aos limites de gastos fixados na lei orçamentária anual em função da receita prevista.
  - (E) programação orçamentária e financeira, isto é, a compatibilização entre os fluxos de pagamento e recebimento.
47. Assinale a alternativa que enumera as funções do orçamento público:
- (A) função alocativa, distributiva e estabilizadora.
  - (B) função preditiva, alocativa e distributiva.
  - (C) função preditiva, arrecadadora e distributiva.
  - (D) função alocativa, distributiva e acumulativa.
  - (E) função arrecadadora, distributiva e estabilizadora.

- 48.** Um auditor interno do poder legislativo de determinado município está se preparando para realizar uma auditoria. Entre os princípios a serem considerados e observados durante todo o processo de auditoria, encontra-se o da materialidade, que diz respeito
- (A) à preparação da documentação de auditoria de forma suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas.
  - (B) à manutenção de comportamento profissional apropriado, aplicando ceticismo profissional e julgamento profissional e exercendo devido zelo ao longo de toda a auditoria.
  - (C) à realização da auditoria em conformidade com normas profissionais de controle de qualidade.
  - (D) ao conhecimento suscetível de influenciar as decisões dos usuários previstos.
  - (E) ao gerenciamento dos riscos de fornecer um relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria.
- 49.** Em um dado período de apuração, um auditor verificou que a despesa total com pessoal do poder legislativo de um determinado município, que possui receita corrente líquida (RCL) de R\$ 200.000.000, não havia ultrapassado o seu limite máximo de
- (A) R\$ 6.000.000.
  - (B) R\$ 12.000.000.
  - (C) R\$ 4.000.000.
  - (D) R\$ 13.000.000.
  - (E) R\$ 5.000.000.
- 50.** Durante um processo de auditoria realizada sobre contratos formalizados pela Câmara de Vereadores de determinado município e em posse da Lei nº 14.133/2021, verificou-se, corretamente, de acordo com essa lei, que
- (A) a duração de todos os contratos regidos pela referida lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
  - (B) esses contratos só podem ser modificados e rescindidos em comum acordo entre as partes que os formalizaram.
  - (C) maior desconto e maior retorno econômico são critérios possíveis para julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes.
  - (D) as despesas inseridas no regime de adiantamento também estão subordinadas ao processo normal de aplicação.
  - (E) para compras e serviços não relacionados à engenharia, a modalidade concorrência é obrigatória para valores acima de R\$ 3,3 milhões.









**CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

25.09.2022

**004. PROVA OBJETIVA**

CONTROLADOR INTERNO

1 - D	2 - E	3 - B	4 - C	5 - A	6 - B	7 - D	8 - B	9 - C	10 - A
11 - B	12 - A	13 - E	14 - C	15 - D	16 - B	17 - C	18 - A	19 - E	20 - D
21 - D	22 - B	23 - D	24 - E	25 - B	26 - B	27 - C	28 - D	29 - E	30 - A
31 - A	32 - D	33 - E	34 - C	35 - B	36 - A	37 - E	38 - A	39 - C	40 - E
41 - B	42 - D	43 - B	44 - E	45 - D	46 - B	47 - A	48 - D	49 - B	50 - C

**CONFIDENCIAL ATÉ O MOMENTO DA APLICAÇÃO.**